

### **1) Mesa: Revalidação de Diplomas e Inserção nas Universidades**

Revalidação e reconhecimento de diplomas e inserção nas universidades são temas desafiadores na agenda da integração local. Refugiados e migrantes encontram enorme barreira para que sua qualificação seja reconhecida no Brasil, ficam muito mais submetidos a condições desiguais de trabalho e a nossa sociedade perde o potencial da qualificação humana, científica e cultural, essencial para seu desenvolvimento. Além disso, a situação de migração e de refúgio também impossibilita o acesso em igualdade de condições à educação superior. Apesar da Lei de Refúgio que assegura a facilitação para o reconhecimento de certificados, diplomas e ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis e a Lei de Migração que reconhece como princípio a “igualdade de tratamento e de oportunidade” e a “inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas”, não avançamos na regulamentação, nem em políticas públicas que coloquem em prática esse compromisso de Estado. São experiências locais e no âmbito das instituições de ensino que têm dado respostas. A mesa objetiva o diálogo e o compartilhamento de práticas e iniciativas em torno desta pauta e a construção de diretrizes orientadoras para que seja possível o avanço dessa agenda.

### **2) Mesa: Acolhimento Linguístico e Mediação Intercultural**

O acolhimento linguístico é uma das primeiras repostas do Estado e da sociedade civil para a integração de migrantes e refugiados. Seja em iniciativas estatais ou no âmbito da sociedade civil organizada, muitas práticas de ensino de português são organizadas tanto por profissionais especializados nesta modalidade de ensino, como por voluntários brasileiros e mesmo pelos próprios migrantes como forma de socializar o idioma oficial do Brasil. Nos últimos anos essa dimensão do ensino de português para migrantes e refugiados tem sido chamada de Português como Língua de Acolhimento, em substituição ao que se costumava chamar de Português como Língua Adicional. Cada vez mais, percebemos que o acolhimento linguístico é um desafio muito mais amplo do que a promoção de aprendizagens idiomáticas e comunicacionais, já que habita o território das trocas interculturais que tem a ver também com modos de se reconhecer e de se pensar no mundo, com valores e perspectivas culturalmente construídas a respeito da educação, da política, da saúde, de gênero e raça, entre outros aspectos da nossa vida social. Por isso, essa mesa pretende promover discussões sobre experiências de acolhimento linguístico pensando suas diferentes implicações, seja sob o ponto de vista das políticas institucionais de ensino de português, seja a partir das estratégias de mediação intercultural que buscam superar os entraves que dificultam a cidadania plena e a emancipação social de migrantes e refugiados.

### **3) Mesa: Políticas Públicas e Marcadores sociais**

Nos anos recentes, é possível constatar um aumento significativo do fluxo de solicitantes de refúgio e imigrantes, especialmente aqueles provenientes de situações de crise, para o Brasil. A legislação brasileira sobre imigração, apesar de trazer avanços e inovações importantes, especialmente no campo da regularização migratória e no reconhecimento de direitos, não logrou desdobramentos significativos no campo das políticas públicas de acolhimento e integração. No âmbito federal, as políticas migratórias e de refúgio ainda estão fortemente caracterizadas pela gestão dos fluxos. O direito ao acesso às políticas públicas universais presentes na Constituição Federal e na Lei 9474/97, recentemente ampliados pela Lei 13.445/2017, não responde aos desafios e necessidades específicas dos imigrantes e refugiados. Estudos sobre a política de acolhimento nas mais diferentes localidades

do país demonstram que as principais ações têm sido desenvolvidas por organizações da sociedade civil, entidades religiosas, instituições de ensino superior e organizações internacionais. No âmbito dos governos estaduais e municipais, as políticas têm sido desenvolvidas muitas vezes de forma improvisada e reativa a situações emergenciais. Ainda são raras as iniciativas que integram os diferentes atores e os próprios sujeitos migrantes e refugiados na construção de respostas de políticas públicas aos desafios que tem na diversidade e na diferença fatores intrínsecos para a compreensão e gestão da temática. Assim, essa mesa pretende promover discussões sobre o desenho, a forma de institucionalização e a implementação de políticas públicas a partir de uma discussão sobre experiências consolidadas ou em curso, assim como seus resultados e desafios. Busca também a construção de um documento que reflita o diálogo entre os convidados e demais participantes com diretrizes orientadoras dedicada ao futuro da pauta.

### **Mesa: Acesso a Direitos**

Observa-se, recentemente, a mudança na condução da política migratória brasileira, que pode ser notada mais especificamente a partir de edição e publicação do Decreto 9.199/2017 que regulamenta a Lei de Migração. Da mesma forma, portarias interministeriais sobre o fechamento de fronteiras para migrantes durante a pandemia de Covid-19 revelam a nova política migratória brasileira, uma que pretende excluir e não recepcionar. Essas novas normas dão o tom do governo do Presidente Jair Bolsonaro em relação à migração forçada, em especial em relação ao acolhimento e integração de cidadãos venezuelanos em território brasileiro. Percebe-se um recrudescimento na interpretação das normativas referentes não só à Lei de Migração em si, mas também dos requisitos para a concessão de refúgio pelo Conare, de acordo com a Lei de Refúgio. Um série de medidas que reduzem direitos anteriormente conquistados pelos migrantes no Brasil vem demandando a judicialização de questões por parte de migrantes forçados, seja para a regularização de sua situação migratória, seja para a reunião familiar ou mesmo para a revisão de decisões de indeferimento da solicitação de refúgio pelo Conare. Um grupo de defensores públicos tem unificado esforços em todo o Brasil, juntamente com advogados voluntários e universidades participantes da Cátedra Sérgio Vieira de Mello para a formação de precedentes judiciais garantidores dos direitos migratórios que vem sendo minados pela atual gestão no Brasil. Essa mesa, portanto, pretende trazer para o debate os mais recentes casos levados ao judiciário, com a participação de profissionais que atuaram nesses litígios estratégicos, a fim de compartilhar teses jurídicas e também colher a colaboração de outros setores para o seu aperfeiçoamento.